



Coordenação-Geral de Comunicação Social
Clipping 216/19 – quarta-feira, 24 de abril

Jornal do Commercio

Capa – 03
Capa – 04
Coluna Quem Disse – 05
Coluna Frente & Perfil – 06
Coluna Follow-Up Empresarial: Périco, qual a proposta do Amazonas para a reforma fiscal do Brasil – 07
Batalha política em defesa do PIM – 08
Novo round com Paulo Guedes – 09
Proposta de PPBs será levada ao Ministério da Economia – 10
Wilson Lima recebe apoio de governadores para a ZFM – 11



COMPONENTES

Proposta para PPBs será levada ao governo federal

Com vistas a resguardar a indústria da ZFM (Zona Franca de Manaus) e lutar pela manutenção de um segmento consolidado que gera mais de cinco mil empregos na região, representantes de empresas de bens finais e do segmento componentista

do PIM (Polo Industrial de Manaus), de órgãos governamentais e de entidades de classe reuniram-se na terça-feira (23), na sede da Suframa, com o superintendente da autarquia, Alfredo Menezes, e equipe técnica da instituição para a elaboração.

Página A7

BRASÍLIA

Wilson Lima recebe apoio de governadores

O governador do Amazonas, Wilson Lima, recebeu apoio dos governadores do Amapá, Waldez Góes, do Tocantins, Mauro Carlesse, e do Maranhão, Flávio Dino, na defesa do modelo ZFM. A manifestação veio durante a primeira reunião do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal.

Página A7

Em busca de saída política contra risco tributário

Prevista para esta terça (23), a reunião da banca-da amazonense do Congresso com Paulo Guedes foi remarcada para esta quarta (24), às 17h30, no gabinete do ministro da Economia. Os deta-

lhes da pauta ainda não havia sido acertados até o fechamento desta reportagem.

Solicitado pelo ministro, o encontro ocorre uma semana depois de suas bombásticas declarações em um programa

jornalístico da GloboNews. Na ocasião, Guedes disse que a Zona Franca "fica do jeito que ela é" e emendou, diante dos jornalistas atônitos, que o governo não vai "ferrar o Brasil para manter vantagens para Manaus".

Página A5 e A6

Quem disse



*Não sabemos que tipo
de avaliação o governo
teve oportunidade de fazer
sobre a Zona Franca.
Aparentemente há muito
desconhecimento"*

José Maria Arruda de Andrade,
advogado tributarista e professor
Página A5

COMPONENTES

Com vistas a manter um segmento consolidado, que gera mais de cinco mil empregos na região, representantes de empresas de bens finais e do segmento componentista do Polo Industrial de

Manaus, de órgãos governamentais e de entidades de classe reuniram-se ontem, na sede da Suframa, com o superintendente da autarquia, Alfredo Menezes, e equipe técnica da instituição.

PRAZO

O objetivo principal foi discutir e chegar a um consenso sobre as modificações no texto das Consultas Públicas nº 3 e nº 4, publicadas em 9 de abril, pela Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, que visam a alterações, respectivamente, nos Processos Produtivos Básicos de netbooks, notebooks e ultrabooks e de telefones celulares. O prazo máximo para encaminhamento de sugestões acerca das consultas públicas encerra-se hoje e uma proposta está sendo preparada para ser encaminhada.



Périco: qual a proposta do Amazonas para a reforma fiscal do Brasil?

O empresário Wilson Périco liderou recentemente um movimento do setor privado para avaliar o desempenho da ZFM na gestão de seus 8% de contrapartida fiscal no contexto da redução das desigualdades regionais. Os estudos da FGV mostraram indicadores extremamente alvissareiros ao longo dos 52 anos deste programa. A respeito das manifestações do ministro Paulo Guedes, que ironizou a eventualidade de não promover a reforma fiscal para não tocar nos interesses de nossa região, ele propõe que, sob coordenação do governo estadual, em lugar de reclamar precisamos elaborar a proposta do Amazonas para assegurar as conquistas que já consolidamos. Confira.

Follow Up – O ministro da

Economia, em entrevista na Globo News, ironizou a ZFM como virtual impedimento para a Reforma Fiscal do Brasil. E deixou claro que, gostando o Amazonas ou não, ele vai implantar a reforma que retira indiretamente as vantagens de quem aqui está instalado por um contrato respaldado pela Constituição Federal. Como vc interpreta essa manifestação?

Wilson Périco – Quer dizer que, por conta da ZFM, o Brasil não poderia fazer a reforma? Ora, com o amparo constitucional, ou não, a ZFM nunca foi impeditiva para que seja feito o que precisa ser feito no país. Exemplos já tivemos no passado: a abertura do mercado, no governo Collor, que se deu depois da Constituição de 1988; Lei de Informática, foi depois da

Constituição de 88. O que é preocupante, por outro lado, é que não vemos nenhuma proposta do nosso Estado, para contribuir com a reforma tributária!! Só fazemos choramingar, reclamar, como se fôssemos coitadinhos.

FUp – Qual é a posição da Indústria?

WP – Vamos deixar de lado nossas divergências estaduais, vamos raciocinar como cidadãos brasileiros. Todos nós achamos ser necessário reduzir a carga tributária e a complexidade dessa matriz tributária que o País tem. Não é isso?? Como é que iremos garantir nossa excepcionalidade nesse contexto de mudança se não apresentamos uma proposta da ZFM, da Suframa e dos Estados por ela alcançados? Ou mudamos de atitude, sendo

mais propositivos, participativos, menos “coitadinhos”, chorões e “reclamações”, ou seremos tratados como sempre fomos, como Colônia!

FUp – Quais são nossos instrumentos e argumentos de barganha?

WP – Primeiro lugar. É premissa mudar a postura. Não somos coitadinhos!! Não estamos pedindo favores!! O Amazonas contribui muito para o País, econômica, social e ambientalmente. A questão é simples e objetiva. Como continuar contribuindo e poder contribuir ainda mais?? Temos que apresentar isso como proposta, baseada em números e fatos, como apresentamos os indicadores de nossa efetividade demonstrada com estudos aprofundados da FGV. Vamos

formular uma proposta para a equipe econômica ao Governo Federal. Chegar e apresentar: Essa é a proposta do Estado do Amazonas para a reforma tributária!

FUp – A quem compete essa iniciativa?

WP – Naturalmente aos representantes do povo do Amazonas. Temos uma banca bastante combativa. Na discussão da renovação de nossa contrapartida fiscal já provamos isso. Agora, temos avançado no âmbito da representação parlamentar e vemos um alinhamento muito sólido. Precisamos, Governo do Estado, na coordenação dessa mobilização, capitanear a elaboração de uma proposta do Amazonas para a reforma tributária, que vai acontecer, para

preservarmos as vantagens que temos hoje.

FUp – O momento é muito tenso, ainda não temos definida as forças políticas da situação e da oposição, como você analisa as chances dessa mobilização?

WP – Essa discussão de reformas não é de agora, já se discute reforma tributária, trabalhista, previdenciária há anos!! Elas irão acontecer a seu tempo e na medida do posicionamento da classe política na direção do interesse público. E não adianta ficarmos assistindo a tudo passivamente ou reclamando de mudanças. Nós temos que participar de forma propositiva, inteligente e consistente, se quisermos preservar e melhorar aquilo que conquistamos e a efetividade de nosso desempenho.

*esta Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade da CIEAM. Editor responsável: Alfredo MR Lopes. cieam@cieam.com.br

Disputa jurídica inclui possibilidade de viabilizar emenda pro ZFM na proposta de reforma Tributária

Batalha política em defesa do PIM

MARCO DASSORI
redacao@jcm.com.br

O governo federal vai ter trabalho se quiser esvaziar os incentivos da Zona Franca de Manaus na reforma Tributária e pode estar sujeito a contestações no Supremo Tribunal Federal após a tramitação da Lei. Mas a batalha pela manutenção do modelo promete ser essencialmente política. É o que dizem especialistas ouvidos pelo *Jornal do Commercio*.

O Amazonas já estava de sobreaviso com a perspectiva de uma reforma extinguir tributos cujos incentivos sustentam o modelo, a exemplo do IPI, PIS, Cofins e até mesmo o ICMS.

A PEC 293, aprovada pela comissão especial da Câmara para a reforma Tributária, no final de 2018, dava algum alento. Isso porque o relator Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) havia acolhido a emenda do ex-deputado federal Paudemey Avelino (DEM-AM), considerando a excepcionalidade da Zona Franca.

A PEC 45/2019, por outro lado, zerou o jogo em desfavor da ZFM. Protocolada no começo

deste mês, pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP), a nova Proposta de Emenda Constitucional mira na simplificação tributária e na extinção de incentivos, sem contemplar o caso específico de Manaus.

As recentes declarações do ministro Paulo Guedes à GloboNews, de que a Zona Franca "fica do jeito que ela é" e que o governo federal não vai "ferrar o Brasil para manter vantagens para Manaus" acenderam um

sinal amarelo quanto à possibilidade de uma redução nas alíquotas dos tributos que incentivam o parque industrial de Manaus.

Advogado tributarista e professor, José Maria Arruda de Andrade participou do

Tributarista avalia que ainda há muito desconhecimento sobre a Zona Franca de Manaus pelo governo federal

estudo da FGV sobre a importância e resultados da ZFM, divulgado recentemente. Sua defesa de que o modelo não é uma mera renúncia fiscal — já que se trata de uma predisposição constitucional — embasou um artigo publicado por ele, neste fim de semana, no site da Revista Consultor Jurídico.

"A Constituição desautoriza o poder Executivo a mexer nos tributos da ZFM. É muito difícil fazer isso por decreto. Mas, o



Defesa da ZFM passa pelas articulações do governo para votação de reformas

modelo pode ser esvaziado se um ou vários de seus tributos incentivados for extinto na Reforma Tributária, sem a devida compensação", alertou.

O especialista lembra, contudo, de pelo menos uma situação de um tributo federal que fazia parte da cesta de incentivos da ZFM ser substituído por outro, sem prejuízo ao modelo. É o caso do extinto Finsocial (Fundo de Investimento Social), que deu lugar à atual Cofins, no início dos anos 1990, sendo incorporado no processo.

"Se houver troca de nome,

vai haver uma discussão para saber se estende o incentivo ou não. E, se não for resolvido no Congresso, pode ir para o STF. Nossa preocupação é que essas mudanças sejam feitas sem o devido debate. Não sabemos que tipo de avaliação o governo teve oportunidade de fazer sobre a Zona Franca. Aparentemente há muito desconhecimento", lamentou.

Sem caminho

Consultor para assuntos da Amazônia e Zona Franca de Manaus para o Cieam e a Fieam, e

representante das entidades em Brasília, Saleh Hamdeh, considera que a possibilidade de resposta do Estado depende do instrumento escolhido pelo governo.

"Uma coisa é reduzir as alíquotas por decreto, como o ex-presidente Temer fez com os concentrados. Outra é fazer o mesmo na reforma Tributária, via emenda constitucional e dependente de três quintos dos votos no Congresso. Neste caso, não vejo caminho jurídico para contestação, pois o Executivo Federal tem competência para o encaminhamento da proposta",

ponderou.

O caminho mais provável, segundo o consultor do Cieam e da Fieam, é encaminhar uma emenda pró-ZFM, tão logo se estabeleça o prazo para tanto. É o que ocorreu na PEC 293, embora ainda não haja prazo à vista para fazer o mesmo quanto à PEC 45/2019.

"A ideia é até previsível, para quem conhece o pensamento do ministro. Mas, vale dizer que a questão em si ainda não se materializou em nenhuma proposta do governo nesse sentido. Se isso acontecer, vamos depender muito mais da articulação política do que da esfera jurídica", sentenciou.

Possibilidades de defesa

O *Jornal do Commercio* buscou a Secom para saber o que o governo do Amazonas deve fazer no caso de as declarações do ministro se materializarem em medidas que minem os incentivos da Zona Franca, e foi orientado pelo órgão a encaminhar a questão à Sefaz.

O secretário de Fazenda, Alex Del Giglio respondeu, por intermédio de sua assessoria de imprensa, que os técnicos do Executivo estadual estão avaliando todas as possibilidades de defesa da manutenção do regime tributário diferenciado da ZFM, em conjunto com o governador. "Tão logo chegarem ao consenso, o governo irá se manifestar", encerrou a assessoria.

Leia mais na página A6

Nova reunião da bancada com superministro foi adiada para hoje, com clima de insatisfação geral

Novo round com Paulo Guedes

MARCO DASSORI
redacao@jcam.com.br

Prevista para esta terça (23), a reunião da bancada amazonense do Congresso com Paulo Guedes foi remarçada para esta quarta (24), às 17h30, no gabinete do ministro da Economia. Os detalhes da pauta ainda não havia sido acertados até o fechamento desta reportagem.

Solicitado pelo ministro, o encontro ocorre uma semana depois de suas bombásticas declarações em um programa jornalístico da GloboNews. Na ocasião, Guedes disse que a Zona Franca "fica do jeito que ela é" e emendou, diante dos jornalistas atônitos, que o governo não vai "ferrar o Brasil para manter vantagens para Manaus".

O ato falho repercutiu mal no meio político amazonense, de alto a baixo. Tanto a CMM (Câmara Municipal de Manaus), quanto a Aleam (Assembleia Legislativa do Amazonas) assinaram, ontem, moções de repúdio à fala de que o "O Brasil não pode pagar pela Zona Franca de Manaus".

No Congresso, a repercussão

foi ainda mais forte. Sobraram discursos inflamados e ameaças de rebelião da bancada do Estado. Justamente quando o governo federal — com Paulo Guedes à frente — busca, no varejo e voto a voto, o apoio do Legislativo ao projeto da Reforma da Previdência.

Presidente da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado, Omar Aziz (PSD-AM) lembrou, na quinta (18), em uma entrevista concedida a uma rádio local, que o Amazonas pode ter poucos senadores (três) e deputa-

dos (oito), mas conta com a presidência de importantes comissões no Congresso para fazer a diferença em questões importantes para o Planalto.

Por via das dúvidas, no mesmo dia o ministro chegou a ligar para o senador para se retratar. Pediu também que ele fosse seu porta-voz para reverter a repercussão negativa no Amazonas. Em resposta, Omar disse que só aceitaria uma retratação pública dele, diante de toda a bancada amazonense, prevista inicialmente para ontem.

Indagado sobre o porquê da mudança da data da reunião, o senador disse ao *Jornal do Commercio* que o encontro era



Ministro Paulo Guedes deve reunir-se hoje com representantes do Amazonas em Brasília

estritamente do interesse do ministro, que enviou um assessor para acertar os detalhes com ele. "Estamos negociando o que vai ser dito, porque não podemos perder tempo falando e ouvindo bobagens. A fala do ministro deixou um mal-estar para o Amazonas. Estamos muito preocupados com a Zona Franca de Manaus", declarou.

Prazo de validade

Vice-presidente da CAE, o senador Plínio Valério (PSDB-AM) disse que não estava a par dos detalhes sobre a reunião, mas

destacou que "fez sua parte" na tarde desta terça (23), em seu discurso no Senado. Na ocasião, destacou que, enquanto a ZFM existe há 52 anos e o patrimônio da Amazônia continua sem preço, ministros têm prazo de validade, pois "vêm e vão".

"Ao contrário do que muitos pensam, a Amazônia não está em liquidação. Se eu fosse levar em consideração esses argumentos, iria acreditar que o problema fiscal do Brasil seria fruto da política de desenvolvimento regional, do modelo Zona Franca. Como provam os números, é falso, muito

falso", exclamou.

Plínio Valério questionou ainda por que, "de repente", o ministro da Economia chegou à conclusão de que problema tributário do Brasil é a ZFM. "Não é. Já estamos lá há 50 anos. Por que essa descoberta só agora?", reforçou.

Força e preconceito

Procurado pelo *Jornal do Commercio*, o deputado federal e membro titular da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), Marcelo Ramos (PR-AM), disse considerar difícil que o ministro

abra mão de suas convicções, mas destacou que a força da bancada em espaços estratégicos na Câmara e no Senado deve contribuir para reprimir seu "preconceito com o nosso modelo".

"As bases do pensamento econômico do ministro Paulo Guedes são: fim de subsídios e abertura do mercado para importações. Essas suas duas premissas são hostis ao modelo ZFM", alertou o deputado, em meio à votação do parecer da Reforma da Previdência.

"Fora do Brasil"

Um dos primeiros parlamentares a reagir à fala do ministro, o deputado federal Sidney Leite (PSD) usou a tribuna da Câmara, nesta terça (23), para defender e destacar a importância da ZFM para a Amazônia e para o Brasil, e reforçar seu repúdio às declarações de Guedes.

Leite afirmou que a bancada federal do Estado está unida em preservar o modelo, que gera mais de 70 mil empregos diretos, permite que Manaus seja a cidade economia brasileira, e que o Estado preserve mais de 97% de sua cobertura vegetal.

"É importante que o ministro entenda que gerar desenvolvimento não se faz do dia para a noite. Precisamos de infraestrutura, investimentos em biotecnologia. Se essas empresas deixarem o Polo, elas não sairão apenas de Manaus, mas do Brasil. Por isso, faço um apelo que ele reflita e conheça a realidade da ZFM", arrematou.

Proposta de PPBs será levada ao Ministério da Economia

Com vistas a resguardar a indústria da ZFM (Zona Franca de Manaus) e lutar pela manutenção de um segmento consolidado que gera mais de cinco mil empregos na região, representantes de empresas de bens finais e do segmento componentista do PIM (Polo Industrial de Manaus), de órgãos governamentais e de entidades de classe reuniram-se nesta terça-feira (23), na sede da Suframa, com o superintendente da autarquia, Alfredo Menezes, e equipe técnica da instituição.

O objetivo principal foi discutir e chegar a um consenso sobre as modificações no texto das Consultas Públicas nº 3 e nº 4, publicadas em 9 de abril, pela Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação da Sepec (Secretaria Especial de Produtividade, Em-

prego e Competitividade) do Ministério da Economia, que visam a alterações, respectivamente, nos PPBs (Processos Produtivos Básicos) de notebooks, notebooks e ultrabooks e de telefones celulares. O prazo máximo para encaminhamento de sugestões acerca das consultas públicas encerra-se nesta quarta-feira (24).

Durante a reunião, tanto a equipe técnica da Suframa quanto os representantes das empresas, entidades de classe e órgãos governamentais presentes, tais como Samsung, Salcomp, Positivo, I-Sheng, Flextronics, Unicoba, Cicam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), SepplanCti (Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação) e Sefaz-AM (Secretaria de Estado da



Reunião técnica preparou propostas para debate qualificado

Fazenda), entre outros, tiveram a oportunidade de fazer apresentações técnicas e contribuir para a construção da sugestão unificada de alterações.

A reunião foi concluída com

a definição de uma proposta conjunta de aperfeiçoamento no texto original que será encaminhada ao Ministério da Economia. As principais sugestões na nova proposta dizem respei-

to a adequações na escala de pontos e nas etapas produtivas, de forma a incentivar que os fabricantes cumpram as exigências mínimas dos PPBs a partir, principalmente, da utilização de partes e peças fabricadas na região.

Segundo o superintendente Alfredo Menezes, a reunião foi extremamente produtiva e importante para unificar esforços em prol do segmento componentista da ZFM. "Estarei nesta quarta (24) em Brasília, onde terei reuniões no Ministério da Economia com o objetivo de discutir não apenas encaminhamentos acerca dessas consultas públicas, mas também questões pertinentes à Suframa", disse. "Essa foi mais uma prova de que nossa equipe técnica é bastante qualificada, precisamos apenas continuar tendo união com os

diversos segmentos da sociedade para construir as soluções. O importante é que houve um consenso. Acompanharemos com muita atenção o andamento desse processo e dando o devido retorno a todos os interessados", concluiu o superintendente.

O representante das empresas componentistas e diretor da Salcomp Industrial Eletrônica da Amazônia Ltda, Paulo Luisada, ressaltou a importância de debates como estes, dada a oportunidade de construir uma agenda positiva que busque uma resolução com um que atenda à região e ao país. "Essa agenda é importante para encaixar uma solução sobre esse assunto. Contamos com a ajuda de todos vocês para não eliminar uma indústria que já está consolidada há mais de uma década na região", complementou.

Wilson Lima recebe apoio de governadores para ZFM

O governador do Amazonas, Wilson Lima, recebeu apoio dos governadores do Amapá, Waldez Góes, do Tocantins, Mauro Carlesse, e do Maranhão, Flávio Dino, na defesa do modelo ZFM (Zona Franca de Manaus). A manifestação dos chefes do Executivo foi nesta terça-feira (23), durante a primeira reunião do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, em Brasília (DF), onde Wilson Lima também participou do 4º Fórum de Governadores.

"Estamos aqui para promover a união entre os Estados da Amazônia Legal, entre o Norte e Nordeste, em pautas comuns. São regiões em que os Estados têm a maior parcela da população

vivendo na pobreza e onde se tem mais ativo ambiental. E aqui eu coloquei em pauta a questão da Zona Franca de Manaus, após a fala do ministro (da Economia) Paulo Guedes, que causa grande preocupação não só para o Amazonas, porque o modelo é importante para a região, porque temos relações comerciais com os Estados do Norte e não temos nenhum modelo que possa substituir a Zona Franca no curto ou médio prazo", afirmou.

Wilson Lima destacou que a declaração de Paulo Guedes, de que a Zona Franca é impeditivo para o desenvolvimento do país, serve de alerta para que se fortaleça a defesa da importância do modelo, que é responsável pela preservação de 97% das florestas

do Amazonas, o maior Estado da Amazônia e do país, e que também gera arrecadação de impostos para a União e empregos.

O governador do Amapá, Waldez Góes, afirmou que é necessária a união dos Estados na defesa de modelos de desenvolvimento regional para os Estados mais carentes do país. "Vamos caminhar cada vez mais unidos para defender esses modelos de desenvolvimento regional. A gente tem que repudiar (declarações que ameaçam a Zona Franca) nos unindo, a Amazônia, Nordeste, Centro-Oeste, em defesa do pouco que existe. E nós queremos mais, nós merecemos mais. Estamos unidos nessa luta e juntos nós vamos vencer", declarou Góes.

Mauro Carlesse, governador do Tocantins, também defendeu a união dos Estados. "Eu sou a favor de buscarmos melhorar cada vez mais a vida do povo que vive na Amazônia e contribuir naquilo que for preciso para manter os investimentos. Então essa união nossa, dos governadores, é para defender a nossa região, nosso povo e os empresários que tanto investem", ressaltou.

Segundo Wilson Lima, a declaração de apoio de governadores do Norte e Nordeste é importante na defesa da ZFM. "É fundamental, porque no Senado, Norte e Nordeste têm 51 senadores e, na Câmara, temos mais de 280 parlamentares. Então estamos unidos e é fundamental para lutarmos por essas pautas",

disse o governador.

BR-319

Durante a reunião do Consórcio, Wilson Lima também defendeu investimentos na BR-319, rodovia que, se recuperada, beneficiará um conjunto de Estados do Norte. "A questão da BR-319 precisa ser resolvida para que haja ligação entre o Estado do Amazonas e Rondônia, também interligando Roraima, facilitando a logística. É importante que essas questões estejam em pauta e a gente esteja unido", acentuou.

Pela manhã, em Brasília, o governador esteve com o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, para tratar sobre a BR-319 e definir detalhes da viagem que o ministro e governador,

acompanhados de parlamentares, devem fazer pela rodovia. O deputado federal Atila Lins também participou do encontro.

Fórum

Em Brasília, Wilson Lima ainda participou das discussões do 4º Fórum de Governadores, que reuniu representantes de 24 dos 27 governadores, na sede do Banco do Brasil.

Dessa vez os debates foram sobre o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), o avanço da discussão sobre Programa Emergencial para Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e a reforma da previdência.

www.jcam.com.br